

REQUERIMENTO
(Do Sr. Carlos Souza)

Solicita sejam convidados, para serem ouvidos em Audiência Pública desta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, os Exmos. Srs. Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para que se pronunciem sobre a compra de 161.874 hectares de terras pelo sueco Johan Eliash, às margens do rio Madeira, no Estado do Amazonas.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o plenário desta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em Audiência Pública a realizar-se em data oportuna, os Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado, Marina Silva, do Meio Ambiente, Waldir Pires, da Defesa e Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para que possam esclarecer os membros desta Comissão acerca da compra de 161.874 hectares de terra às margens do Rio Madeira, pelo sueco Johan Eliasch.

JUSTIFICAÇÃO

A nossa constante preocupação com o “colonialismo verde”, da Região Amazônica começou a tomar forma com a aquisição de 161.874 hectares de terras às margens do Rio Negro, mais especificamente nos municípios de Itacoatiara e Manicoré, pelo empresário sueco Johan Eliasch, que, utilizando-se de argumentos conservacionistas, tenta convencer-nos que a sua atitude encontra-se revestida das melhores intenções, quando sabemos que trata-se do oposto.

Resta entender como esse cidadão, provavelmente bastante esclarecido, em sã consciência, fez um investimento de tal porte sem ter certeza da legalidade do negócio, da titularidade do imóvel que está adquirindo.

A sensação é de que ele confiou no famoso “jeitinho brasileiro”, afinal, o Sr. Johan Eliasch considerou suficiente ter uma amável conversa, conforme sua avaliação, com setores do governo estadual que não detêm o controle da questão fundiária. Digo isso porque a titularidade da área está sendo questionada pelo INCRA, e o Sr. Johan nem tomou conhecimento desse fato.

Ainda com a boa intenção de preservar a floresta, este senhor está convidando outros grandes capitalistas a aderirem ao ideal do “colonialismo verde”. A intenção é lotear a Amazônia entre interessados em preservá-la. Para tanto, já fez uma estimativa de gasto de 50 bilhões de dólares. Além do despautério de querer lotear toda a Amazônia, também causa indignação o convite feito por ele a cientistas estrangeiros para virem pesquisar a flora e a fauna amazônica, como se propriedade particular fossem e como se o Brasil fosse uma terra sem lei.

Estabelece o § 1º, do Art. 188, da nossa Carta Magna, que “a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a **dois mil e quinhentos hectares** a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional”.

Impõe-se-nos a obrigação patriótica de protestar contra a alienação de nosso território para pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, numa descarada afronta à nossa soberania e à nossa dignidade. Necessário se

faz repensar as políticas públicas para nosso território, sobretudo para a amazônia.

Por estarem envolvidos o respeito à nossa Constituição, à segurança nacional, à nossa soberania e outras questões cruciais para o país, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado CARLOS SOUZA